



METRO DO PORTO, S.A.

RELATÓRIO TRIMESTRAL DO CONSELHO FISCAL
RELATIVO AO PERÍODO
1 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2017



ÍNDICE

	Página
1. Introdução	3
2. Factos relevantes	4
3. Análise das contas	5
4. Controlo da execução orçamental	9
5. Cumprimento de determinações legais	10
6. Notas finais	12
7. Anexos	14

P6 4
Duffy



1. Introdução

A Metro do Porto, S.A. (adiante designada por MP) foi constituída em 1993 e tem por objeto a exploração de um sistema de metro ligeiro na Área Metropolitana do Porto (AMP), bem como a construção das infraestruturas do empreendimento e a aquisição dos equipamentos e material circulante.

Conforme disposto no Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, o qual foi objeto de diversas alterações, foi atribuída à MP a concessão do sistema de metro ligeiro na AMP por um período de 50 anos.

A estrutura acionista da MP é a seguinte:

Acionistas	% Capital detido
Estado Português	40,0000%
Área Metropolitana do Porto	39,9993%
Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.	16,6667%
CP – Caminhos de Ferro Portugueses	3,3333%
Município de Gondomar	0,0001%
Município da Maia	0,0001%
Município de Matosinhos	0,0001%
Município do Porto	0,0001%
Município da Póvoa de Varzim	0,0001%
Município de Vila do Conde	0,0001%
Município de Vila Nova de Gaia	0,0001%

Os acionistas da MP celebraram um Acordo Parassocial, instituído pelo Decreto-Lei n.º 394-A/98, de 15 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 261/2001, de 26 de setembro, cuja revisão, embora prevista, não se concretizou.

Nos termos da Base XIII das Bases da Concessão do sistema de metro ligeiro da AMP (Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro), foi estabelecido que o financiamento da concessão é assegurado por:

- Receitas decorrentes da atividade da concessionária;
- Dotações do Orçamento do Estado, de fundos de origem comunitária, de empréstimos contraídos, de contribuições de capital, de entradas de fundos, suprimentos e prestações acessórias de capital realizadas pelos seus acionistas;
- Eventualmente, pelo produto de empréstimos a contrair pela MP.

Nos termos da legislação aplicável, designadamente no n.º 2 do artigo 25.º dos Estatutos da MP, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 192/2008, de 1 de outubro, compete ao Conselho Fiscal proceder à elaboração do relatório da fiscalização efetuada relativa ao 3.º trimestre de 2017.

16 18
Dufer



Na Assembleia Geral ocorrida a 18-07-2016 foi deliberada e aprovada uma alteração ao artigo 24.º dos estatutos da MP, tendo a sociedade adotado o modelo de fiscalização previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, segundo o qual os órgãos de fiscalização serão necessariamente compostos por um Conselho Fiscal (CF) e por um Revisor Oficial de Contas (ROC) que não seja membro daquele órgão.

Após esta deliberação foi eleita, através de Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) datada de 24-07-2017¹, o CF para completar o mandato relativo ao triénio 2016/2018.

Por DUE de 23-04-2018 foi eleito o ROC para proceder, nomeadamente, à revisão oficial das contas da MP relativas aos exercícios de 2017 e 2018, bem como à revisão limitada das contas trimestrais. A contratualização da prestação do serviço foi formalizada por contrato assinado entre o ROC e o Conselho de Administração (CA) em 15-05-2018.

2. Factos relevantes

O presente relatório teve por base a documentação disponibilizada pela empresa, designadamente, a "Informação de Gestão – setembro - Capítulos Financeiros", a "Informação de Gestão – setembro - Capítulos de Gestão", o Balanço individual em 30 de setembro de 2017 e a Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 30 de setembro de 2017, bem como o relatório elaborado pelo ROC referente ao 3.º trimestre de 2017, emitido em 22 de novembro de 2018.

Da informação analisada, destaca-se que:

- A 30 de setembro de 2017, a MP apresenta capital próprio negativo de 2.642 milhões de euros (M€). Os registos contabilísticos e as demonstrações financeiras são efetuados no pressuposto da continuidade das operações, o qual está dependente do contínuo suporte financeiro do Estado Português para o reequilíbrio económico-financeiro da concessão, da capacidade de obtenção de recursos financeiros externos e do sucesso futuro das suas operações;
- À data de 30 de setembro de 2017 não foram efetuados testes de imparidade aos direitos de concessão registados nos ativos intangíveis, cujo saldo ascendia a 1.895 M€. A MP apenas efetua testes de imparidade sobre estes ativos anualmente, sendo que a 31 de dezembro de 2016 foi concluído pela inexistência de imparidade nos referidos ativos;
- As projeções efetuadas em 2016 para os custos estimados com a renovação das infraestruturas durante o período de concessão pelos departamentos técnicos da Entidade indicam uma sobrevalorização da rubrica de provisões no valor de 326 M€. No entanto, por razões cautelares, a Administração entendeu manter o nível acumulado das provisões existentes no exercício anterior, que a 31 de dezembro de 2016, ascendia a 532 M€, dado considerar que a eficácia do novo modelo deverá ser testada em anos futuros;
- Em maio de 2017 foi celebrado um acordo entre a MP, o Banco Santander e o Estado Português relativo a contratos de swaps de taxas de juros. A concretização deste acordo implicou a reversão da provisão reconhecida nas contas da MP relativa a eventuais custas processuais, com impacto positivo na ordem dos 10 M€;
- No âmbito do acordo realizado em maio de 2017 com a entidade ProMetro, S.A., a MP recebeu o montante de 9 M€ em 2 tranches, em julho de 2017 e janeiro de 2018. Notamos, que o efeito líquido entre a previsão do montante a receber desta entidade (30,9 M€), a provisão inicialmente reconhecida pela MP (15,4 M€) e o recebimento referido, gerou um

¹ Comunicada aos membros eleitos por carta de 18 de outubro de 2017.



impacto negativo na demonstração dos resultados de cerca de 6,4 M€, apenas reconhecido nas contas após 30 de setembro de 2017.

Por outro lado, encontra-se pendente a regularização do IVA liquidado relativo a esta operação no montante global de cerca de 7,1 M€, tendo a MP procedido ao reconhecimento de provisão sobre 50% deste montante em data posterior a 30 de setembro de 2017.

Assim, a 30 de setembro de 2017 o passivo encontra-se subavaliado e o resultado sobreavaliado pelo montante global dos 2 efeitos, que se cifra em cerca de 13,5 M€.

3. Análise das Contas

Em anexo ao presente relatório constam o Balanço e a Demonstração dos resultados por naturezas reportados a 30 de setembro de 2017, elaborados de acordo com as disposições previstas no Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Procedemos à análise da evolução dos saldos de balanço e à análise comparativa dos gastos e rendimentos no final do terceiro trimestre de 2017 com igual período do ano anterior, destacando os seguintes pontos:

3.1 Contas de Balanço

3.1.1 Financiamentos Obtidos

O valor dos financiamentos da MP, reportado a 30 de setembro, era o seguinte:

	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos mútuos	2.500.000	444.500.000	447.000.000
Banco Europeu de Investimentos	80.669.352	444.463.259	525.132.611
Empréstimos do Estado /D.G.T.F.	447.359.948	1.997.664.263	2.445.024.211
Locação Material Circulante – LEP	6.723.235	160.229.938	166.953.173
Bonificação BEI	347.464	0	347.464
Bonificação LEP	86.954	1.891.628	1.978.582
Total	538.113.538	3.048.749.088	3.586.436.041

(Valores em milhares de euros)

As Bonificações relativas ao empréstimo do BEI e ao empréstimo do LEP não foram atualizadas face a 31 de dezembro de 2016.

Os pagamentos efetuados relativos a amortização da dívida até o final de setembro de 2017, foram os seguintes:

Amortização da dívida	
Empréstimos mútuos	77.500.000
Banco Europeu de Investimentos	47.550.333
Empréstimos do Estado /D.G.T.F.	189.343.762
Locação Material Circulante – LEP	4.903.752
Total	319.297.847

(Valores em milhares de euros)

Handwritten signature and initials: "P6" and a stylized signature.



No trimestre em análise foi contratado um novo financiamento do Estado, via DGTF, no montante de 51 M€, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 29º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro (regime jurídico do Setor Público Empresarial). O valor acumulado dos empréstimos do Estado concedidos em 2017, à data de 30 de setembro do mesmo ano, era de 527,5 M€.

Neste trimestre foram efetuados pagamentos relativos a amortização da dívida, tendo sido cumpridos os prazos estabelecidos, nos seguintes montantes:

- Empréstimos bancários – 1,3 M€ (Amortização da dívida junto do Banco Santander/DEPFA)
- Banco Europeu de Investimento – 22 M€
- Locação operacional – 1,6 M€.

Assim, ocorreu, no trimestre, um agravamento do nível de financiamento da MP no montante de 26,1 M€.

3.1.2 Instrumentos financeiros derivados

O saldo desta rubrica evidenciada no balanço reflete o justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos pela MP (swaps de taxa de juro), reportado a 30 de setembro, determinado em função da avaliação efetuada pela Intermoney Valora Consulting (avaliador independente).

A composição da carteira detida não registou alteração, sendo composta por quatro instrumentos financeiros derivados, sendo que apenas um deles se encontra classificado como sendo de cobertura para efeitos contabilísticos. Deste modo, de acordo com as normas contabilísticas em vigor, a flutuação do justo valor do swap classificado como de cobertura é registada por contrapartida do capital próprio, enquanto que a flutuação do justo valor dos restantes instrumentos financeiros detidos é reconhecida em resultados.

Apresentamos a evolução ocorrida nesta rubrica:

	30.09.2017	31.12.2016	Variação
Instrumentos financeiros derivados (Valores em euros)	457.085.433	503.592.126	-46.506.693

A evolução do justo valor da carteira de swaps de taxa de juro detida foi favorável no montante de cerca de 46,5 M€, justificado pelo pagamento de cupões e variação da taxa de juro implícita. Deste montante, cerca de 1,8 M€ foi reconhecido em capitais próprios, de acordo com a política acima descrita.

3.1.3. Outras dívidas a pagar

A 30 de setembro de 2017, o valor de "outras dívidas a pagar" decompõe-se da seguinte forma:

	30.09.2017	31.12.2016	Variação
Acréscimos de gastos	59.516.699	169.476.346	-109.959.647
Dívidas ao pessoal	57.462	57.487	-25
Outros credores	414.753	397.985	16.768
Total (Valores em euros)	59.988.914	169.931.818	-109.942.904



A redução ocorrida nesta rubrica resulta, essencialmente, da regularização em maio de 2017 do acréscimo de juros dos cupões de swaps a pagar ao banco Santander no montante de cerca de 120 M€. De notar que o pagamento destes juros se encontrava suspenso devido à ação judicial interposta pelo Santander, cuja resolução ocorreu em maio de 2017, conforme já referido.

3.2 – Contas de resultados

Ao nível da procura, registava-se, no final do terceiro trimestre de 2017, um aumento de 4,9% do número de validações (+2.081.079 validações), quando comparado com igual período do ano anterior. No que respeita ao indicador passageiros.Km, o aumento ascendeu a 5,7% face ao período homólogo de 2016.

Consequentemente, os rendimentos, que incluem nomeadamente os réditos associados ao sistema de metro ligeiro e do funicular, apresentou um crescimento de 9,7%. Apesar deste aumento relevante da receita, o agravamento registado ao nível dos gastos de exploração (+13,4%), conduziu a uma deterioração da taxa de cobertura global de natureza operacional em cerca de 2 p.p., de 95,3% em 30 de setembro de 2016 para 92,2% à data analisada.

Conforme consta da demonstração dos resultados anexa, a MP apurou um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, positivo, no valor de 13,2 M€, apresentando uma melhoria face ao período homólogo de 2016, de cerca de 31,1 M€. Contudo, face aos elevados encargos financeiros suportados, o resultado líquido do período foi negativo no valor de 73,8 M€, embora tenha sido registada uma evolução muito positiva face a igual período do ano anterior (+84,4 M€). Para esta evolução favorável, contribuiu a flutuação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados detidos, que permitiu o reconhecimento de um ganho no valor de 44,9 M€, face a uma perda de 18,5 M€ no período homólogo.

Em termos da evolução das diversas rubricas, será de destacar o seguinte:

3.2.1 Provisões líquidas

	30.09.2017	30.09.2016	Variação
Provisões líquidas	0	29.246.267	-29.246.267

(Valores em euros)

A setembro de 2017 existiu um impacto no resultado resultante da reversão de provisão relacionada com custas processuais no processo com o Banco Santander no montante de cerca de 10.037 milhares de euros, devido ao acordo ocorrido em abril de 2017 e que isenta a empresa de qualquer pagamento a este título.

Notamos que para efeitos de Demonstrações Financeiras a 30 de setembro de 2017, o montante referido foi considerado na rubrica de "resultados transitados", tendo sido posteriormente corrigido para a linha de "provisões líquidas" na demonstração dos resultados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2017.



3.2.2 Aumento / reduções de justo valor

	30.09.2017	30.09.2016	Variação
Perdas por redução de justo valor	3.178.533	18.492.836	-15.314.303
Ganhos por aumento de justo valor	48.096.621	0	48.096.621
Impacto líquido em resultados	44.918.088	-18.492.836	63.410.924

(Valores em euros)

Em função de avaliação efetuada pela Intermoney Valora Consulting (avaliador independente), notamos que a variação do justo valor dos contratos de swap entre 30 de setembro de 2016 e 30 de setembro de 2017 apresentou um impacto positivo no resultado da empresa em cerca de 63.411 milhares de euros.

3.3 – Orçamento para 2017

A execução do orçamento no terceiro trimestre de 2017 foi a seguinte:

Descrição	Real set-17	Orçamento set-17	Execução trimestral	Orçamento anual 2017	Execução anual
Gastos					
Fornecimentos e serviços externos	35.499	53.948	65,80%	73.360	48,39%
FSE sem modelo intangível (IAS 11)	31.248	39.478	79,15%	71.431	43,75%
Gastos com o pessoal	3.402	3.438	98,96%	4.583	74,22%
Gastos de depreciação e amortização	43.051	44.136	97,54%	58.848	73,16%
Provisões do período	0	36.253	0,00%	49.065	0,00%
Outros gastos	177	7.087	2,50%	9.196	1,92%
Gastos de financiamento	88.945	95.314	93,32%	127.086	69,99%
Imposto s/o rendimento período	0	0	0,00%	0	0,00%
Total de gastos	171.073	240.176	71,23%	322.137	53,11%
Rendimentos					
Prestações de serviços	39.659	47.403	83,66%	64.374	61,61%
Prest. Serv. sem mod intangível (IAS 11)	35.408	32.933	107,52%	45.081	78,54%
Subsídios à exploração	8	0	0,00%	0	0,00%
Reversão de imparidades	0	0	0,00%	0	0,00%
Reversão de provisões	0	0	0,00%	0	0,00%
Ganhos por aumento de justo valor	44.918	0	0,00%	0	0,00%
Outros rendimentos	12.645	0	0,00%	16.607	76,14%
Juros e outros rend. Similares	0	37	0,34%	50	0,26%
Total de rendimentos	97.231	47.440	204,95%	81.031	119,99%
Resultado líquido do período	-73.843	-192.736	38,31%	-241.107	30,83%

(valores em milhares de euros)

Em 30 de setembro de 2017 verificou-se nos gastos um desvio favorável face ao orçamento em cerca de 69 milhões de euros. Este desvio resulta essencialmente do facto de não ter sido efetuado



o reforço da provisão existente para a renovação dos ativos afetos à concessão, dado que a revisão técnica da estimativa de gastos com a manutenção desses ativos concluiu que o montante da provisão reconhecida excede substancialmente o valor que virá a ser necessário até ao final do horizonte do orçamento. Para além disso, verificou-se um contributo favorável ao nível dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos por via da contenção dos gastos de financiamento.

4. Controlo da execução orçamental

A MP encontra-se incluída no grupo das Entidades Públicas Reclassificadas, pelo que o seu orçamento integra o Orçamento do Estado.

Até 30 de setembro de 2017 foram apresentados 3 pedidos de alteração orçamental, todos relacionados com o acordo referido no ponto 2 relativo ao Banco Santander Totta no âmbito do processo judicial existente:

- a 4 de maio de 2017 foi solicitada autorização para a aplicação dos saldos de gerência transitados do ano anterior em despesa, no montante de 15,6 M€. Este pedido de alteração orçamental foi aprovado.
- a 11 de maio de 2017, e no seguimento da necessidade de proceder ao pagamento de juros, foi solicitada a redução da rubrica orçamental do passivo financeiro e o aumento da despesa com juros e encargos no montante de 136,5 M€. Este pedido de alteração orçamental foi aprovado.
- a 20 de julho de 2017, e dada a necessidade de pagamento dos fluxos vincendos até ao final do ano de 2017, foi solicitada a redução da rubrica orçamental do passivo financeiro e o aumento da despesa efetiva no montante de 40,4 M€. Este pedido de alteração orçamental não fora à data do reporte aprovado.

Os mapas de controlo orçamental reportados a 30 de setembro de 2017 resumem-se da seguinte forma:

Despesa	Dotações corrigidas	Compromissos assumidos	Despesas pagas	Saldos	Grau %
Despesa efetiva	316.291	288.452	259.081	57.210	82%
Ativos financeiros	3	2	2	1	78%
Passivos financeiros	367.238	314.394	314.394	52.844	86%
Total despesa	683.531	602.848	573.477	110.055	84%

(valores em milhares de euros)

A dotação da despesa inclui as verbas cativas previstas no Orçamento do Estado para 2017, bem como os pedidos de alteração orçamental que se encontravam aprovados.

Receita	Previsões corrigidas	Receita cobrada	Receita por cobrar	Grau %
Receita efetiva	67.544	52.674	32.581	78%
Passivos financeiros	608.859	527.500	0	87%
Saldo gerência anterior	14.893	14.893	0	100%
Total receita	691.296	595.067	32.581	86%

(valores em milhares de euros)

Handwritten signature and initials in blue ink.



O controlo orçamental e o respetivo reporte baseiam-se em controlos manuais e registos extracontabilísticos, de acordo com o inquérito efetuado pelo ROC junto dos elementos do departamento administrativo/financeiro da MP.

5. Cumprimento de determinações legais

5.1. Orientações e Objetivos de Gestão

A MP encontra-se vinculada ao cumprimento dos objetivos fixados para o Setor Empresarial do Estado (SEE). Não foram estabelecidos objetivos de gestão específicos, para além das metas definidas no Ofício nº 3846, de 21 de julho de 2016, da DGTF, relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2017. Por outro lado, o Plano de Atividades e Orçamento de 2017 não se encontrava aprovado à data de 30 de setembro desse ano.

5.1.1. Orientações sobre remunerações

A MP cumpriu com as orientações em vigor relativas à remuneração dos seus órgãos sociais e trabalhadores, nomeadamente as normas de redução remuneratória dos gestores públicos e equiparados em 5%, prevista na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

5.1.2. Redução de gastos

Os objetivos a atingir ao nível da redução dos gastos operacionais encontram-se definidos no artigo 44º do Orçamento de Estado para 2017, bem como no Ofício nº 3846, de 21 de julho de 2016, da DGTF, acima referido.

No final do terceiro trimestre foi apurado um EBITDA positivo, no valor de 13,2 M€, cumprindo o objetivo de crescimento deste indicador.

Considerando o proporcional anual dos gastos apurados a 30 de setembro, e relativamente aos objetivos estabelecidos no artigo 124º do Decreto-Lei nº 25/2017 (Decreto-Lei de Execução Orçamental de 2017), de 3 de março, verifica-se que estes não foram integralmente cumpridos, nomeadamente:

- O peso dos gastos operacionais no volume de negócios aumentou em 2017 face a 2016, estando esta evolução associada ao aumento do GAP operacional de tesouraria da MP, que já era negativo em 2016;
- Os Gastos com Pessoal, corrigidos dos efeitos previstos no citado artigo do Decreto-Lei de Execução Orçamental, foram superiores a 2016.

Apesar destes factos, o cumprimento ou não destes objetivos deverão ser aferidos no final do ano.

5.1.3. Acréscimo de Endividamento

De acordo com o disposto no artigo 45º do Orçamento de Estado para 2017 e no Ofício nº 3846, de 21 de julho de 2016, da DGTF, acima referido, o limite máximo de crescimento do financiamento remunerado para 2017 é de 3%:



Rubricas	31-12-2016	30-09-2017
Dívida bruta	3 378 234	3 586 436
Bonificação de juros	2 326	2 326
Dívida líquida (*)	3 375 908	3 584 110
% de aumento do endividamento		6,17%

(Valores em milhares de euros)

(*) Financiamento líquido de bonificações de juros obtidas nas operações de financiamento BEI e LEP.

Conforme evidenciado pelo quadro acima, o endividamento cresceu 6,17%, ou seja, acima do limite estabelecido.

5.1.4. Prazo médio de pagamentos (PMP)

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, a avaliação do grau de cumprimento dos objetivos de prazo de pagamento a fornecedores é feita anualmente, com base na variação homóloga do PMP registado no final do 4.º trimestre do ano.

No entanto, apenas a título indicativo, verifica-se que o PMP divulgado pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) relativo a 30 de setembro de 2017 é de 59 dias (-39 dias do que o PMP divulgado pela mesma entidade com referência a 31 de dezembro de 2016, 98 dias).

5.1.5. Unidade de tesouraria

A MP tem procurado dar cumprimento às regras de unidade de tesouraria do Estado, concentrando as suas operações financeiras no IGCP e mantendo contas bancárias apenas para as necessidades decorrentes de compromissos contratualmente definidos ou relativas a operações não asseguradas pelo IGCP. Face a estas necessidades, foi apresentado um requerimento no sentido de que seja aplicado à MP o regime de exceção previsto no artigo 111º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, e no artigo 90º do Decreto-Lei nº 25/2017, de 3 de março.

5.2. Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso

Os compromissos assumidos pela MP são de montante inferior aos fundos disponíveis, dada a previsão de receita, respeitando assim o disposto no nº 5 do artigo 7º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, que estabelece os procedimentos necessários à aplicação da Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e à operacionalização da prestação de informação.

5.3. Compromissos plurianuais

A MP assumiu diversos compromissos plurianuais, tendo submetido o respetivo pedido de autorização, estando à data do reporte ainda por aprovar algumas autorizações, sendo que de acordo com a empresa não foi possível quantificar os montantes em aberto.



6. Notas finais

O crescimento do total de rendimentos da empresa, associado a uma política de contenção de gastos incluindo uma alteração da política de provisões, permitiu o apuramento de um resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos positivo. No entanto, o nível de endividamento da empresa e os elevados encargos financeiros suportados penalizam fortemente os resultados alcançados, continuando a ser apurado um resultado líquido negativo, o qual reforça o saldo negativo de capital próprio evidenciado no balanço. Por conseguinte, entendemos que o modelo de financiamento da MP deveria ser reformulado.

Face a este enquadramento, a continuidade das operações da empresa dependerá, ou da obtenção de resultados positivos no futuro, ou, essencialmente, da manutenção do apoio financeiro do acionista Estado, apoio esse que tem vindo a ser reafirmado pelo seu representante nas Assembleias Gerais Anuais.

Porto, 18 de dezembro de 2018

O Conselho Fiscal

A Presidente

Dra. Maria Fernanda Joanaz Silva Martins

Os Vogais

Eng. António Maria Silva Caetano

Dr. Pedro Manuel Mota Carecho Grilo



7. ANEXOS

Handwritten signature in blue ink.



Metro do Porto, S.A.

Balanço individual em 30 de setembro de 2017

RUBRICAS	Notas	30/09/2017	30/09/2016
valores em euros			
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		3 232 161	3 068 524
Ativos intangíveis		1 894 514 178	1 965 386 006
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		207 127	276 182
		<u>1 897 953 466</u>	<u>1 968 730 712</u>
Ativo corrente			
Clientes		4 469 708	42 728 538
Estado e outros entes públicos		27 288 714	20 568 782
Outras contas a receber		44 228 897	42 854 305
Diferimentos		60 260	23 330
Outros ativos financeiros		5 992 054	6 985 134
Ativos não correntes detidos para venda		72 005	
Caixa e depósitos bancários		<u>21 606 452</u>	<u>8 000 372</u>
		<u>103 718 088</u>	<u>121 160 460</u>
Total do ativo		<u>2 001 671 554</u>	<u>2 089 891 172</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		7 500 000	7 500 000
Outros instrumentos de capital próprio		224 808	224 808
Ajustamentos em instrumentos financeiros derivados		(13 467 192)	(17 766 100)
Resultados transitados		(3 088 677 502)	(2 955 613 017)
Ajustamentos em participações financeiras		1 123 530	1 129 415
Subsídios ao investimento		520 019 511	535 448 288
Outras variações no capital próprio		<u>4 334 423</u>	<u>3 775 878</u>
Resultado líquido do período		<u>(73 842 916)</u>	<u>(158 256 734)</u>
Total do capital próprio		<u>(2 642 785 337)</u>	<u>(2 583 557 461)</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		538 329 340	612 632 004
Financiamentos obtidos		3 584 395 927	3 132 120 275
Instrumentos financeiros derivados		<u>457 085 433</u>	<u>23 234 674</u>
		<u>4 579 810 699</u>	<u>3 767 986 952</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		1 408 973	5 324 384
Fornecedores de investimentos		993 719	296 693
Estado e outros entes públicos		207 832	189 241
Financiamentos obtidos		2 040 115	219 659 760
Instrumentos financeiros derivados			515 163 099
Outras contas a pagar		59 988 914	164 763 747
Outros passivos financeiros		<u>6 639</u>	<u>64 756</u>
		<u>64 646 193</u>	<u>905 461 881</u>
Total do passivo		<u>4 644 456 892</u>	<u>4 673 448 633</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>2 001 671 554</u>	<u>2 089 891 172</u>



Metro do Porto, S.A.

Demonstração individual dos resultados por naturezas
do período findo em 30 de setembro de 2017

valores em euros			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2017	2016
Réditos			
Serviços prestados (construção)		4 250 888	516 609
Serviços prestados (transporte)		34 142 488	31 721 844
Outras vendas e serviços prestados		1 265 903	534 687
Outros rendimentos			
Subsídios à exploração		8 070	2 887
Outros rendimentos e ganhos		12 644 988	13 144 443
Gastos e perdas			
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (construção)		(4 250 888)	(516 609)
Fornecimentos e serviços externos - subcontratos (operação e manutenção)		(26 362 503)	(25 429 122)
Outros fornecimentos e serviços externos		(4 885 474)	(5 178 863)
Gastos com o pessoal		(3 401 715)	(3 315 589)
Provisões líquidas			(29 246 267)
Outros gastos e perdas		(176 839)	(146 510)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13 234 896	(17 912 491)
Gastos de depreciação e de amortização		(43 050 798)	(44 135 990)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(29 815 902)	(62 048 481)
Juros e rendimentos similares obtidos		127	3
Juros e gastos similares suportados		(86 945 229)	(79 307 793)
Atualização financeira das provisões			1 592 374
Aumentos/Reduções de justo valor		44 918 088	(18 492 836)
Resultado antes de impostos		(73 842 916)	(158 256 734)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		(73 842 916)	(158 256 734)

Aut. P6

